

PRÓLOGO

Ambiente e Projeto

A dimensão ambiental impõe, obrigatoriamente, atualmente e doravante, a necessidade de serem revistas as práticas de planejamento dentro de uma perspectiva estratégica que venha a assegurar uma nova abordagem ética e política para o planejamento urbano e gestão da cidade.

Questões prioritárias como a manutenção do equilíbrio do território e enfrentamento dos problemas sociais resultantes de um processo de antropização contínuo, assimétrico e desorganizado, que recria a paisagem e a ambiência urbana, na maioria das vezes em modo pior, desperdiçando os recursos naturais e energia, devem ser assumidas profundamente na ação administrativa no cotidiano da cidade.

Mas para que o processo de planejamento possa surtir efeito de modo positivo sobre a coletividade, novos procedimentos devem ser implementados superando paradigmas do presente. Neste sentido, é importante revermos os instrumentos, as técnicas e regras que orientam a ação projetual hoje sobre o meio ambiente, de modo que sejam conhecidas as qualidades do território, dimensionados e quantificados os recursos a curto, médio e longo prazos. Deste modo estaríamos em condições de avaliar a preservação também em termos econômicos, que justificariam atitudes mais enérgicas e eficientes no coibir modificações indesejáveis sobre o território, estabelecendo rígidos limites para a expansão urbana, uma vez que os bens coletivos possam vir a ser efetivamente fiscalizados e protegidos. Sob esta ótica, é necessário conhecermos os recursos e sua importância para a cidade e, sobretudo, as conseqüências de sua virtual destruição. Este conhecimento deve ser incorporado aos planos de desenvolvimento de forma clara e precisa, fazendo do Plano Diretor um instrumento legível e acessível à população, sem prejuízo da qualidade das informações nele contidas.

Outras variáveis devem ser incorporadas ao processo de planejamento, especialmente aquelas que dizem respeito às escalas das intervenções sobre o suporte geográfico. Os benefícios estimados a partir de determinados investimentos devem servir de base para avaliar e instruir quanto ao que deve ser mantido no ambiente ou o quanto daquilo pode ser conservado, sem comprometer o equilíbrio de determinada região ou porção do território, e o que efetivamente pode ser modificado. Nesse sentido, os Estudos (EIA) e Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA), quando não utilizados de forma leviana na construção de justificativas para certos empreendimentos, têm papel fundamental no bloqueio de ações violentas sobre o meio ambiente ou pelo menos na minimização dos prejuízos a partir de pautas negociáveis.

De qualquer modo, é fundamental superar o modelo de planejamento, abrindo possibilidades para a cidadania, a ciência e a tecnologia. O investimento tanto na formação de pessoal como na constituição de um sistema de informações sobre a cidade, que componha uma base de dados atualizada sobre o território ao mesmo tempo acessível à população, são ações básicas indispensáveis para reorientar o planejamento aliado ao capital social. Não é tarefa simples, mas é imprescindível que iniciativas deste tipo decorram de uma postura aberta e dinâmica em relação à planificação, para obtermos um conhecimento mais profundo sobre o ambiente urbano, em tempo real, dividindo as responsabilidades sobre o crescimento e desenvolvimento da cidade. Um projeto desta ordem implicaria esforços no sentido de criar um sistema inteligente de informação que pudesse ser permanentemente alimentado por pesquisas de diversas áreas e campos de conhecimento, estabelecendo conexões importantes com a prática urbanística.

A interdisciplinaridade, em relação ao futuro da cidade, tem papel importante na medida em que venha a reinventar o planejamento urbano de modo mais democrático, envolvendo a sociedade dentro de um processo educativo na discussão aberta dos seus flagelos. Portanto, o conhecimento, a legibilidade do território e, sobretudo, a qualidade e acessibilidade da informação são passos importantes para uma nova consciência em relação ao desenvolvimento humano, uma vez que o processo de planejamento seja entendido como instrumento educativo no intervir na cidade. Hoje, com o desenvolvimento dos Sistemas de Informações Geográficas (SIG) e outros modos de análise e investigação através da informática, abre-se a possibilidade de avaliação do meio ambiente confrontando simultaneamente diferentes leituras sobre o território. Através da realidade virtual, por exemplo, podemos simular impactos sobre o território e obter informações importantes que, se balizadas com outros parâmetros que venham a complementar um quadro de análise, podem nos auxiliar na decisão mais correta e quanto à abrangência dos benefícios.

O maior desafio, porém, é o político. Em Florianópolis, cidade em contínuo processo de expansão, mais de 60% (estimativa otimista) das ocupações e construções se constituem sem qualquer registro oficial. A falta de uma política urbana que inclua a parcela de menor renda da população é a outra face do país arcaico que se pretende moderno. No dia a dia o que ainda vigora é a concessão de benfeitorias ocasionais, como barganha política, àqueles que não têm outra saída senão a de contar com este tipo de expediente e com os seus limitados recursos, sem qualquer tipo de apoio do Estado. Neste cenário, a lógica especulativa da cidade se reproduz. Desprezados pelas instituições, o acesso à terra e a construção da casa própria dependem de vários fatores, processos e personalidades que atuam em cada comunidade carente assentada sobre áreas impróprias. Neste contexto, as entidades religiosas ganham espaço e influência sobre as populações com menor renda e instrução, atuando no vazio deixado pelos órgãos públicos. Mas não são somente essas populações que ocupam áreas irregulares. Boa parte da classe média tem optado por um caminho alternativo, bancando a construção da casa própria sobre áreas não regularizadas, quando não sobre loteamentos clandestinos em áreas impróprias, com menor custo e fugindo das taxas de juro impostas pelo mercado. Muitos investimentos oficiais direcionados a uma população de maior renda também têm sido erigidos sobre áreas que deveriam estar sendo protegidas. A ocupação desordenada das encostas é resultado do modelo econômico conservador e da conseqüente inércia do Estado, ou pelo menos de uma ação retardada em relação a outras zonas da cidade com relativo controle. Os morros da cidade têm sido ocupados dessa forma porque não têm valor imediato para o setor imobiliário. Ainda não temos, por exemplo, uma cartografia confiável na qual estejam demarcadas, de modo claro, as zonas de risco, a hidrografia, enfim, bens coletivos a serem protegidos conforme define o Código Florestal brasileiro desde 1965. Há um descompasso entre projeto político, capacidade de gestão e dinâmica urbana.

Enquanto práticas no sentido de recuperar o centro histórico das cidades, o patrimônio arquitetônico a ser preservado e outras ações semelhantes levam muitos governos locais no Brasil a destinarem recursos em projetos de representação, em muitos casos divulgando a feição atraente da cidade na busca por novos e maiores investimentos disputados com outras cidades no mundo globalizado (como atestam as iniciativas governamentais na direção de incentivos fiscais, isenção de impostos por vários anos, doação de áreas públicas, etc), a outra face da cidade tem sido negligenciada em nome daquela que é maquiada, que quer seduzir e voltar-se, no caso de Florianópolis, preferencialmente para o turismo. Esse tipo de ação reflete um modo de ver a cidade que tem dispensado o planejamento urbano participativo, admitindo a “modernização excludente” quando seleciona e direciona recursos para certas zonas da cidade que já detêm certo nível de urbanidade, em detrimento de áreas que mereceriam uma atenção especial com ações positivas e continuadas.

A cidade de Florianópolis, entre as cidades médias que mais crescem no país, tem estado sujeita a um modelo de urbanização corporativa que, semelhante ao das cidades maiores, cresce de modo disperso a partir do sistema rodoviário urbano. A qualidade da ambiência urbana é sacrificada então pela supremacia do automóvel, confrontando com as estratégias e práticas de cidades que têm buscado a diversificação dos sistemas de transporte. Com uma geografia riquíssima e uma crescente impermeabilização dos solos, os engarrafamentos são comuns, sobretudo no verão com o aumento da população e das chuvas. A forma urbana, pelo menos em sua maior parte, é ditada pelo resultado das normas que são empregadas variando entre tipologias residências e blocos isolados comerciais, residenciais ou mistos. Há uma forte pressão especulativa por parte de empresários da construção civil que defendem a verticalização apoiada em um discurso centrado na maior “liberdade arquitetônica”, divulgado por alguns escritórios de arquitetura locais, em 1996, quando a discussão do Plano Diretor tornou-se pública e houve manifestação contra os 18 andares. Tanto na Ilha como no Continente o aumento dos gabaritos tem alterado a paisagem, correspondendo a um imaginário, já revelado publicamente na Câmara de Vereadores de Florianópolis, flutuando entre Miami e Manhattan. Muitos edifícios foram construídos seguindo limitadas convenções que sequer sinalizavam com restrições desejáveis pelas condições do solo, relevo ou qualidade da paisagem. Desenha-se sobre uma topografia que é desrespeitada, compreendida como obstáculo a ser superado. A dispersão das águas e o comprometimento da infra-estrutura existente são alguns dos reflexos do modo como o solo é apropriado, muitas vezes estendendo o problema para o vizinho ou bairro. Diante desse quadro, os edifícios também têm subido as encostas, respondendo com os mesmos padrões praticados nas áreas menos acidentadas.

Neste estudo, centrado nos problemas das populações de baixa renda nas encostas, analisamos o quadro da erosão no Morro da Cruz, desencadeada, geralmente com maior intensidade, nos períodos de maior pluviosidade.

Neste confronto entre imposições topográficas e ascensão dos condomínios em altura da classe média, verificou-se um sensível aumento no número de habitações precárias, conseqüência de uma relação ainda favorável entre disponibilidade de terras sem efetiva proteção e mercado de trabalho potencial sem carteira assinada, especialmente mais acessível às mulheres dessas comunidades, como se confirma neste trabalho.

Com esse olhar, o presente trabalho procura analisar os processos de ocupação do território utilizando a computação gráfica como instrumento auxiliar na verificação da dinâmica ambiental e urbana, além de, a partir do estudo da sua forma e constituição, modos de vida e cultura das populações locais, apontar cuidados e ações necessárias para a melhoria das condições de habitabilidade nas áreas de encosta e de relação com a malha urbana na planície. Na organização deste trabalho, procurou-se distribuir os conteúdos da pesquisa abarcando de forma geral o território e o homem que nele habita, separando momentaneamente aspectos desse processo para facilitar nossa compreensão dos principais conflitos na cidade, singulares e ao mesmo tempo comuns a tantas cidades brasileiras.

Arq. Luís Roberto Marques da Silveira

Agradecemos a colaboração das professoras Glaci Trevisan dos Santos e Rosa Villanueva, dos professores Ademir Reis, Cezar Augusto Pompeo e Fernando Sant'Anna, todos da Universidade Federal de Santa Catarina. Agradecemos também ao pessoal da Creche São Francisco, à Direção e ao Arquivo do Hospital Universitário, pela disponibilidade e auxílio, além da FINEP, por oportunizar o desenvolvimento deste estudo.

Nota:

* Termo empregado por Ermínia Maricato em seu livro "Metrópole na Periferia do Capitalismo: Ilegalidade, Desigualdade e Violência", publicado pela Editora HUCITEC, São Paulo, 1996.